



## A IMPORTÂNCIA DO MPA PARA O FORTALECIMENTO DO SETOR PESQUEIRO E DA ECONOMIA PRIMÁRIA BRASILEIRA

ITAMAR ROCHA

**E**m todas as discussões sobre o presente e o futuro da economia brasileira, cita-se sempre o descontrole das contas correntes, aliado a deficiente rede de infraestrutura e o pouco investimento em educação, temas recorrentes e apontados como as principais causas do preocupante cenário macroeconômico brasileiro, os quais certamente serão ainda mais ressaltados nos próximos embates políticos, que precederão ao pleito eleitoral de outubro próximo.

As conclusões advindas dessas discussões apontam sempre na direção de que o próximo ocupante do Palácio do Planalto não conviverá com uma estrutura administrativa tão pesada, afinal de contas, já são 39 ministérios/secretarias especiais e 25 autarquias

federais com *status* ministeriais, das quais, sempre são elencadas àqueles que, no consciente popular, não justificam sua existência e, equivocadamente, se inclui o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, Brasília/DF).

Nesse contexto, na condição de engenheiro de pesca, integrante da primeira turma (1974) de Engenharia de Pesca do Brasil pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE, Recife/PE), detenho vasto conhecimento da realidade do setor, seja da aquicultura ou da carcinicultura brasileira e mundial, incluindo uma real e lúcida noção sobre as perspectivas e oportunidades que a exploração dessas atividades representam para o fortalecimento da economia primária brasileira e, de forma especial, para o bem-estar social e econômico das suas popula-

ções rurais. Neste sentido, achamos por bem dar o nosso testemunho em defesa, apoio e fortalecimento do MPA.

Aliás, foi exatamente por não termos dúvida da importância e pertinência desse ministério, que exercemos uma atuação política setorial decisiva para a sua criação durante a gestão do ex-presidente Lula e, conseqüentemente, sua aprovação pelo Congresso Nacional. Evidentemente, que não estamos satisfeitos com a forma como o MPA tem atuado em relação às prioridades das suas ações.

No entanto, passados cinco anos da sua criação, mesmo questionando a forma de sua administração, em parte pelas interferências negativas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), também sediados na capital federal, continuamos com a mesma convicção sobre a sua relevância como instrumento indispensável para liderar a indispensável e urgente “revolução azul” que o Brasil precisa empreender, transformando seus vastos e variados recursos naturais, abundantes em todas as suas macrorregiões, em áreas aquícolas produtivas, fortalecendo a sua economia primária, com a criação de uma importante ordem econômica no meio rural, gerando oportunidades de negócios, empregos, renda, divisas e produzindo um alimento de inigualável valor nutricional.

As potencialidades brasileiras para a produção de pescado, notadamente via aquicultura, justificam plenamente a existência do MPA, fortalecido e independente do MMA e do MAPA. Para tanto, basta avaliar que o País possui 13,7% da água doce disponível no planeta, 4,5 milhões de km<sup>2</sup> de Zona Econômica Exclusiva, 9 milhões de hectares de águas doces represadas (barragens, lagos e açudes), 1 milhão de hectares de áreas apropriadas para a exploração da carcinicultura marinha, afora as áreas salitradas, já sistematizadas, do médio São Francisco, aptas para o cultivo de peixes e camarão.

Esse invejável acervo ecológico natural, que inclui favoráveis condições climáticas, associadas a uma significativa produção de grãos e uma estratégica localização geográfica em relação aos mercados americano e europeu, coloca o Brasil em posição privilegiada no tocante à produção e exportação de moluscos, peixes e camarões cultivados, o que demanda uma sólida política pública.

Dessa forma, se a miopia da nossa classe política dominante teimar em dispensar um equivocado olhar sobre um instrumento institucional da maior importância para o fortalecimento da nossa economia primária, notadamente se tratando da produção de um alimento nobre, como o pescado, certamente as mencionadas oportunidades, mais uma vez, serão postergadas ou transferidas para o além mar.

Nesse sentido, basta lembrar que a piscicultura estuarina teve início no Brasil durante a ocupação holandesa na primeira metade do século XVII e, atualmente, a despeito do seu reconhecido potencial natural e de contar com excepcionais espécies marinhas, o nosso país tem uma pífia participação (0,1%) na crescente e significativa produção mundial da maricultura.

De modo idêntico, mesmo tendo sido responsável pelo desenvolvimento da tecnologia que revolucionou a piscicultura mundial, a reprodução induzida por meio da hipofisacção, ainda no início da década de 20 do século passado, no tocante a produção mundial de peixes de água doce cultivados (35.566.434 t) de 2011, o Brasil (541.151 t) continua amargando uma insignificante posição (1,52%) mesmo com um volume de água doce renovável, de 2,8 e 9,2 vezes maior do que o da China e do Vietnã, que no entanto produziram 21.544.136 t e 2.025.000 t, respectivamente.

O mesmo se repete com relação ao cultivo do camarão marinho, quando o Brasil chegou a ocupar o 6º lugar (90.360 t) no contexto global de sua produção, se destacando como líder mundial de produtividade (6.083 kg/ha/ano) em 2003 e, com surpresa,

assistiu esse desempenho decrescer para 10º lugar e 3.864 t/ha/ano, respectivamente.

No entanto, é preciso levar em conta o fato de que no ano de 2003, o camarão cultivado do Brasil ocupou o primeiro lugar das importações de camarão pequeno/médio dos Estados Unidos, seguido pela China, Tailândia e Equador. Da mesma forma, em 2004, ocupou o primeiro lugar das importações de camarão de águas tropicais da União Europeia, tendo como destaques as importações da França, o mercado mais exigente da Europa, onde participou com 28%.

Além disso, quando se analisa o desempenho da produção de camarão cultivado do Brasil, entre o período de 1998 (3.600 t e exportações de 400 t/US\$ 2,8 milhões) a 2003 (90.360 t e 58.455 t/US\$ 226 milhões), quando ocupou o 2º lugar das exportações do setor primário da Região Nordeste, correspondendo a 55% das exportações de pescado do Brasil (US\$ 427,92 milhões), salta aos olhos a necessidade de um olhar diferenciado e de apoios específicos para essa estratégica atividade.

Para se compreender melhor a dimensão das alentadoras oportunidades que a carcinicultura pode proporcionar ao Brasil, basta comparar a presente situação brasileira, com

o atual desempenho da carcinicultura do Equador, um país que possui apenas 600 km de costa, igual à do Estado do Ceará, cuja exploração de 180 mil ha de viveiros, contribuiu para uma produção de 300 mil t de camarão, com exportações de 215.561 t e captação de US\$ 1,67 bilhão de divisas em 2013, enquanto o Brasil, explorou apenas 22 mil ha, de um total de 1 milhão de hectares disponíveis, com uma produção de apenas 85 mil t e exportações de 612 t/US\$ 4,1 milhões no referido ano.

Inclusive, se destaca que no cômputo das exportações globais de proteínas de origem animal do ano de 2011 (US\$ 46,4 bilhões), o Brasil com uma participação de US\$ 15,8 bilhões, se destacou de forma expressiva (34%), enquanto que suas exportações de pescado (US\$ 245 milhões) corresponderam a pouco mais de 0,17% das importações mundiais desse setor (US\$ 140 bilhões) no referido ano.

Adicionalmente, cabe ressaltar que a China, maior produtor mundial de pescado, já ocupa a terceira posição dentre os principais importadores desse nobre produto, com alentadoras previsões de crescimento, conforme se deduz da análise da evolução de seu consumo *per capita* nos anos 1980 (10 kg); 2000 (20 kg) e 2010 (28 kg), sendo ▶

## IV CONGRESSO AVISULAT ESTÁ COM AS INSCRIÇÕES ABERTAS



Garanta seu lugar no evento  
que irá discutir as principais tendências  
do setor de Avicultura, Suinocultura e Laticínios

**Valores: R\$100,00 para Estudantes | R\$200,00 para Profissionais**  
**AS INSCRIÇÕES DEVEM SER FEITAS NO SITE DO EVENTO**



**DE 04 A 06**  
**DE NOV DE 2014**

**Centro de**  
**Eventos FIERGS**

**PARA MAIS INFORMAÇÕES**  
**www.avisulat.com.br**

Promoção e Organização



Co-promoção e Organização



Contato pelo fone: (51) 3347.8636 | [secretaria@avisulat.com.br](mailto:secretaria@avisulat.com.br)

que o sonho de consumo de pescado dos chineses é de 50/60 kg/per capita/ano.

Por isso, diante desses números, a indagação e o desafio presente é exatamente, quem alimentará a China com pescado? As oportunidades estão postas, quais os potenciais candidatos para atendê-las? Certamente o Brasil detém condições naturais para ocupar esses espaços, mas precisaria enfrentar e resolver seus equivocados entraves ambientais, burocráticos e sua incipiente política de incentivos e apoio setorial. A outra opção seria a África, que precisaria superar seus graves conflitos sociais e os reais e insolúveis problemas sanitários e políticos.

Da mesma forma, não se pode deixar de observar a realidade dos números do *trading* mundial de pescado da China: exportações de US\$ 18,2 bilhões e importações de US\$ 7,5 bi, afora US\$ 3,7 bi de Hong Kong, totalizando US\$ 11,2 bilhões em 2012, o que já colocou esse país como o terceiro maior importador de pescado do mundo, abaixo apenas do Japão (US\$ 18 bilhões) e dos Estados Unidos (US\$ 17,6 bilhões).

Portanto, a prova de que se mudarmos o rumo da atual política pesqueira e, especialmente, da aquícola brasileira, através de um MPA autônomo e fortalecido, poderíamos reverter, em um curto espaço de tempo, o precário desempenho do setor pesqueiro brasileiro, algo que pode ser confirmado quando se compara à evolução da produção de pescado do Brasil com a do Vietnã, tomando como referência os anos de 1987 e 2012, cujo destaque foi o fato de que em 1987 a produção de pescado do País (947.922 t) foi superior à do Vietnã (868.000 t), enquanto em 2012 o Vietnã produziu 5.707.700 t e o Brasil, 1.550.448 t, sendo que no referido ano o valor das exportações de pescado do Brasil foi de apenas US\$ 243,3 milhões, comparado com US\$ 6,3 bilhões do Vietnã.

Na verdade, as amplas e favoráveis oportunidades para o pescado brasileiro no próprio mercado interno, se constitui um outro fato altamente positivo para o setor, tanto com relação às perspectivas de aumento do consumo de camarão, como também de peixes e moluscos cultivados, como aliás pode ser confirmado pela análise do consumo *per capita* de carnes vermelhas (55,5 kg) e aves (44 kg), em relação ao consumo de pescado (8,5 kg) e de camarão (0,6 kg) em 2012.

Deste modo, se considera que os preços do camarão, dos peixes e dos moluscos oriundos de cultivos são competitivos em relação ao das carnes vermelhas. Isso, sem falar nos efeitos benéficos que o consumo regular de pescado, pelo menos duas vezes por semana, de acordo com estudos realizados por instituições de ensino norte-americanas, comprovando que o consumo gera saúde para seus consumidores, reduzindo em 36%

os riscos de mortalidade por doenças coronárias.

Em realidade, não existe a menor dúvida de que o cultivo de organismos aquáticos, tanto marinhos como de água doce, constitui em uma alternativa de maior viabilidade para inserir o Brasil, em especial Região Nordeste, por oferecer condições climáticas favoráveis durante todo o ano, no gigantesco *trading* mundial de pescado – um valor da ordem de US\$ 300 bilhões/ano – cuja participação brasileira foi demasiadamente insignificante, US\$ 1,7 bilhão (0,57 %) em 2013 e, ainda mais grave, com uma mínima contribuição da referida Região que, adicionalmente, não teve qualquer participação no *trading* mundial das carnes, que foi da ordem de US\$ 96 bilhões/2013.

Evidentemente que a exploração pesqueira oceânica, notadamente dos recursos demersais de profundidade e, especialmente, das espécies pelágicas altamente migratórias, representadas pelos atuns e afins, se constitui uma alternativa e uma oportunidade de grande relevância para a ocupação da região oceânica e para a estratégica aproximação com os países da costa do Atlântico Sul, o que naturalmente exigirá um aporte tecnológico diferenciado.

No entanto, quando se considera o volume de pescado e o valor movimentado anualmente (500.000 t e US\$ 4 bilhões), com redobrado interesse tanto pelo Japão e União Europeia, como pelos Estados Unidos, não há dúvidas de que o Brasil precisa dispensar uma atenção especial e prioritária a esse assunto, incluindo um olhar diferenciado na elaboração de uma política de apoio à viabilização da exploração desses recursos.

Por tudo o que foi dito e ressaltado é que defendemos com todo vigor o fortalecimento do MPA como parte essencial da estrutura administrativa do novo governo federal que se iniciará em 2015, pois em realidade seria um equívoco imperdoável se o Brasil, com tantos predados naturais, notadamente para a exploração aquícola, motivado apenas pela falta de um conhecimento específico, retrocedesse e deliberadamente abdicasse de uma participação privilegiada no colossal e sempre crescente mercado mundial de pescado.

Basta levar em conta, que de acordo com a Food and Agriculture Organization (FAO, Roma/Itália), a demanda reprimida de pescado, projetada para 2030, será da ordem de 30 milhões de t/ano, a qual só poderá ser atendida mediante a exploração da aquícola, uma atividade que o Brasil detém invejáveis recursos naturais, além de uma localização geográfica privilegiada, associado a uma sólida infraestrutura básica, para viabilizar essa exploração e ocupar a liderança mundial desse setor.

Naturalmente, o que precisa ser mudado

no atual contexto do MPA, é o enfoque das políticas e a forma de administrar essa verdadeira joia da coroa, com o quê concordamos plenamente, pois tem sido exatamente, o predominante desconhecimento da realidade setorial e a falta das indispensáveis competências técnico-setoriais, que levaram a um desempenho do setor pesqueiro e aquícola brasileiro, em total desacordo com as suas reais potencialidades naturais para a produção de pescado.

Na verdade, o sentimento predominante em todo o nosso setor, é que o MPA precisa ser dotado de uma maior profissionalização na sua estrutura administrativa, notadamente no contexto da definição e adoção das indispensáveis e corretas políticas públicas, de incentivo e promoção requeridas para um racional desenvolvimento do setor aquícola e da pesca artesanal e industrial brasileira.

É imprescindível, portanto, que na discussão acerca do futuro do MPA, seja levado em conta que, além das oportunidades precedentemente mencionadas, o atual dispêndio com o seguro defeso para pescadores artesanais já supera R\$ 2 bilhões/ano, um valor crescente, preocupante e injustificável, considerando as reais alternativas e oportunidades que oferecem a aquícola/carcinicultura familiar no contexto da inclusão social.

Especialmente, quando se tem presente, que a base da pirâmide da produção aquícola, brasileira e mundial, é formada por micros e pequenos empreendimentos, que no caso particular da carcinicultura marinha brasileira, corresponde a 75% do total de produtores, além de ser a atividade que gera mais emprego produtivo (3,75/hectare), sem exigência de qualificação (88%), por unidade de área explorada, promovendo uma real e digna geração de oportunidades para micro negócios, empregos e rendas no meio rural, superando um desafio que as políticas públicas tradicionais não conseguem realizar.

Ao concluir essa breve análise, reiteramos o alerta aos atuais e futuros ocupantes do Palácio do Planalto, para que antes de colocarem o barco irremediavelmente à deriva, baseado apenas em camufladas aparências, consultem os verdadeiros timoneiros desse importante, estratégico e promissor setor, sobre as reais medidas e políticas requeridas, para dotar o MPA da necessária competência e independência, com vistas a encaminhar o Brasil para assumir a liderança mundial da produção de pescado. ■

**Itamar Rocha** é engenheiro de pesca (CREA 7226-D/PE), diretor presidente da ABCC ([abccam@abccam.com.br](mailto:abccam@abccam.com.br) / [www.abccam.com.br](http://www.abccam.com.br)); diretor do Deagro/Fiesp; conselheiro do Consag/Fiesp; conselheiro Titular do Conape/MPA e diretor presidente da MCR Aquacultura ([www.mcraquacultura.com.br](http://www.mcraquacultura.com.br))



# FENACAM 2014. Agora em Fortaleza.

O maior evento da aquicultura na América Latina pela 1ª vez na terra do sol.

## TEMA:

Aumentar a produção para atender a crescente demanda interna, com um olhar atento no promissor mercado internacional.

**De 10 a 13 de novembro de 2014,  
no Centro de Eventos do Ceará.**

A 11ª FENACAM será na terra do sol. Venha participar do maior evento da aquicultura na América Latina. Uma excelente oportunidade para aprimorar conhecimentos, expor produtos, fazer contatos e principalmente fechar grandes negócios.

- XI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CARCINICULTURA
- VIII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE AQUICULTURA
- XI FEIRA INTERNACIONAL DE SERVIÇOS E PRODUTOS PARA AQUICULTURA
- XI FESTIVAL GASTRONÔMICO DE FRUTOS DO MAR

## EXCELENTE INFRAESTRUTURA

### INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES:

www.fenacam.com.br  
fenacam@fenacam.com.br  
Skype: fenacam  
Fone: +55 84 3231.9786

**GARANTA  
JÁ O SEU  
ESTANDE!**

PROMOÇÃO



ORGANIZAÇÃO



PATROCÍNIO

BRONZE



OURO

